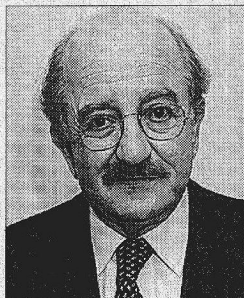


ALBERTO TAMER

Acordo com o FMI e novo crédito para exportar animam o mercado

Wilson Melo/AE



LONDRES – Os bancos internacionais poderiam restabelecer a linha de crédito às exportações brasileiras na mesma base de jullho. Esse foi o principal rumor que circulou ontem, intensamente, na City de Londres. Segundo um grande banco americano muito comprometido com o Brasil, isso estaria constando das conversações da missão brasileira com o FMI. Eles teriam chegado, em Washington, à conclusão de que um reforço financeiro ao Brasil seria suficiente para defender, no momento, o real, mas não para reativar as exportações, praticamente paradas por causa da falta de financiamento externo.

O rumor do possível reforço do crédito para as exportações brasileira, apresentado por aquele banco como “possível surpresa e condição”, do encontro de Washington, ganhou corpo no fim da tarde, em Londres, aumentando, inclusive, a cotação dos C-bonds da dívida externa. Eles haviam sofrido forte queda nos dois primeiros dias da semana, caindo para 52% do valor de face. Na quase certeza de um acordo com o FMI – que, segundo aquele banco, seria anunciado entre os próximos dias 12 e 14 (poderia ser antes, mas aquelas datas eram dadas como mais prováveis), os C-bonds se recuperaram e no fim da tarde de ontem, em Londres, haviam dado um salto para 58% do valor de face.

“Qualquer que seja o pacote do FMI, há uma boa chance de o mercado (de papéis brasileiros) continuar em alta. Eu tenho ouvido rumores em torno de valores, fala-se até em US\$ 40 bilhões, mas eu não acredito em alocações

dessa magnitude. Acredito que elas devem ficar em US\$ 15 bilhões ou US\$ 20 bilhões”, afirmava ontem, aqui, na City de Londres, Jeremy Brewin, do Morley Asset. E insistia: venha o que vier, ajudará a sustentar o mercado.

Números e confusões

O acordo com o FMI sai. Mas como e quanto? Essas eram especulações do mercado londrino, bem mais otimista, ontem, com o desenrolar da crise brasileira. Havia uma certa confusão em torno dos números e sua interpretação. O que parecia mais provável – e era mais aceito pelo mercado – era a informação daquele banco americano, que, pela primeira vez, separava valores chamados como “dinheiro novo”, ou seja, desembolso imediato, e “extensão de crédito”. Isso deixava o cenário um pouco mais claro.

“Não se pode misturar dinheiro novo do FMI com utilização das reservas brasileiras e empréstimos isolados de instituições financeiras internacionais”, ressaltava ontem, à coluna, uma fonte do mercado.

Dinheiro novo

O que o banco americano está prevendo é que o FMI daria imediatamente em dinheiro novo, cash, entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões e mais US\$ 5 bilhões ou US\$ 7 bilhões depois das eleições.

Outras instituições internacionais, como o Banco Mundial e o BID, entrariam com US\$ 5 bilhões e haveria, ainda, acordos bilaterais e outros créditos de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões. Além disso, o governo poderia reduzir suas reservas cambiais, hoje da or-

dem de US\$ 39,2 bilhões, de forma a poder intervir no mercado. Com isso, o Banco Central (BC) disporia de mais US\$ 10 bilhões ou US\$ 15 bilhões para defender o real.

Na questão política, o FMI quer um “apoio informal” dos candidatos “inclusive indicando a vontade de negociar, após as eleições, programas e metas específicas para 2003”.

A outra crise foi pior

Analistas da City concordam que o programa em negociação não se limita a simples socorro de emergência, como aconteceu na crise cambial de 1999, quando não havia dinheiro mesmo, mas algo bem mais amplo e factível nas atuais circunstâncias políticas peculiares.

“Está todo mundo assustado, mas, tecnicamente, veja bem, tecnicamente, a situação hoje é bem melhor do que a enfrentada pelo Brasil na crise cambial de 1999. Essa foi muito mais grave. Não havia a pressão política, de hoje, mas em compensação não tínhamos recursos cambiais para agüentar mais de dois meses e o mercado internacional estava fechado, tentando ainda se refazer da crise russa. Hoje, temos condições, reservas, para ir até março, oito meses. Tecnicamente, a situação é melhor e, politicamente, é pior”, comenta um analista que viveu as duas crises. O que está faltando, acrescenta, é o restabelecimento de pelo menos uma parte das linhas de crédito para exportação. Isso foi obtido, naquela, em 1999, pelo ministro Pedro Malan e o então novo presidente do BC, Armínio Fraga. Com o acordo com o FMI e se se confirmar a volta do crédito nas mesmas bases de julho, a crise estará superada, pelo menos até o fim do ano.

Eletropaulo no mercado

O Dresdner Bank estava sondando ontem o mercado financeiro de Londres para uma renegociação da dívida da Eletropaulo

de US\$ 250 milhões. Destes, US\$ 120 milhões vencem em agosto, US\$ 30 milhões em setembro e US\$ 100 milhões em dezembro. Ao que se informava, a empresa estaria disposta a pagar 15% à vista e pretendia gerar a dívida por um ano. Esta última informação, porém, não chegou a ser confirmada. Também não deu para sentir, ainda, a reação do mercado, diante desse fato novo. Alguns analistas achavam até provável que a operação seja concluída, mas a um custo, diziam, muito alto.

Fed pode baixar juros

Aumentou ontem o número de instituições financeiras que acreditavam que o Fed, banco central americano, poderá baixar os juros básicos na sua reunião do próximo dia 13. O Lehman Brothers foi, ontem, o quarto grande banco a aceitar essa possibilidade. “É real a possibilidade de o Fed dizer que há maior risco de redução do crescimento do que de inflação”, afirma Doug Johnston, economista do banco. E Scott Barlass, que administra uma carteira de US\$ 22 bilhões no Abbey Asset Managers, em Londres, acrescenta que há “renovado medo de contração econômica, nos EUA. “Alguma coisa nova e preocupante está acontecendo agora”, acrescenta. E Nancy Roman, diretora do G-7 Group Inc.: “O Fed certamente não está esperando um crescimento de 1,1% no próximo trimestre e já deve estar trabalhando com a idéia de uma redução dos juros do overnight (hoje de 1,75% ao ano).” Ontem, o Goldman Sachs reviu sua previsão de crescimento do PIB americano para apenas 2,3% enquanto o Fed continua admitindo 3,5%. O fato, acrescentam outros analistas, é que essa redução irá estimular ainda mais exatamente os dois únicos setores que estão sustentando o declinante crescimento econômico do país, imóveis e carros, que dependem basicamente de juros baixos e prazos longos.